



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AOS SÓCIOS DA UNIÃO CRISTÃ DOS EMPRESÁRIOS DIRIGENTES

Sábado, 24 de Novembro de 1979

Caros e ilustres Senhores!

É-me muito grato receber-vos nesta Sala das Bênçãos, vós qualificados membros do Conselho Nacional, e vós Dirigentes Regionais e Provinciais da União Cristã de Empresários e Dirigentes. Saúdo em vós todos os altos representantes do vasto e complexo mundo dos organizadores de empresas industriais, agrícolas e comerciais, ou seja os criadores de trabalho, de empregos e de aprendizagem profissional.

Uma saudação particular dirige-se sobretudo ao Cardeal Giuseppe Siri, vosso Consultor Moral Nacional: que há mais de trinta anos vos acompanha e encoraja no esforço nobre, sim, mas tão delicado e difícil, de animação cristã do mundo da economia. Saúdo também o vosso Presidente, que desejou, com todos vós, este encontro, para me exprimirdes, como já fizestes em numerosas outras ocasiões com os meus venerados Predecessores Pio XII, João XXIII e Paulo VI, os sentimentos de fé e devotada dedicação à sé de Pedro, sentimentos estes que inspiram e sempre inspiraram esta União desde o seu nascimento, no longínquo 1947.

1. O meu primeiro pensamento para vós, hoje, não pode deixar de ser de estima, de aplauso e encorajamento pela significativa presença que vós, evitando qualquer ostentação, fazeis efectivamente sentir na sociedade. É tarefa, a vossa, em que vejo delineado um "serviço" civil e social propriamente dito: serviço a todos aqueles que estão comprometidos nos vários campos da actividade empresarial. Naturalmente, não estou em condições de entrar no assunto das características especificamente técnicas de tal actividade; nem vós, penso eu, o esperais de mim, a quem o Senhor confiou o múnus pastoral de indicar em todas as formas activas da vida humana a norma suprema para alcançar a salvação eterna. Nesta perspectiva, que não é de ordem

económica, mas nem por isso se alheia de qualquer realidade que se refira ao homem, li com a devida atenção a Nota explicativa que o Senhor Presidente, ao pedir esta Audiência, quis gentilmente enviar, acompanhada de abundante documentação. Congratulo-me vivamente com esta vossa actividade, que, no rasto luminoso dos beneméritos fundadores da Instituição, leva avante o esforço para dar a conhecer, tornar aceites e fazer que se apliquem, por parte dos operadores económicos, as orientações da doutrina social da Igreja nas empresas, para que se encontrem nela as razões capazes de justificarem, ou melhor, promoverem, aquela ordem nova da sociedade fundada sobre o respeito da pessoa humana e sobre a promoção harmoniosa e efectiva do bem comum, que responde às exigências do Evangelho e está na ambição dos povos, desiludidos com tantas promessas e tantas experiências, alheias ou contrárias às inspirações da fé, que é a vossa. Para isto tende o trabalho quotidiano da vossa União, amparada, neste campo, pela presença dos seus Consultores Morais, que entre os Sócios, têm função de animadores e guias espirituais, discretos e activos.

Tive conhecimento, com igual prazer, do valioso contributo que dais às análises das transformações tecnológicas, económicas, políticas e culturais que estão a realizar-se na Itália, para lhes imprimirdes uma visão orientada cristãmente. Fazeis tudo isto mediante congressos, encontros, debates e apreciadas publicações. Entre estas últimas, é-me grato recordar a revista "Operare", cujo espírito de perspicácia foi louvado por Paulo VI de venerável memória, por ter sabido também ela superar muitas dificuldades "com a competência dos seus colaboradores, com a paciência das investigações em todos os aspectos da realidade considerada, com a sinceridade das opiniões, com a moderação das afirmações: com a amplitude dos pontos de vista" (Cfr. Paulo VI, *Discurso à UCID* em 7 de fevereiro de 1966). Com não menos satisfação tive conhecimento do empenho por vós dedicado à promoção da busca metódica para a qualificação dos futuros dirigentes, ou para a requalificação dos actuais, mediante cursos de actualização empresarial, seminários e actividades conjuntas com as Universidades. Esta nobre intenção, destinada a abrir os espíritos à concepção moderna da sociedade e a robustecer as forças morais dos vossos associados, e ainda de outros, a fim de que, para possuírem uma rigorosa preparação técnica, aprendam a ser homens cristãmente honestos, leais e generosos, merece o apreço e o reconhecimento público. Para vós vai, portanto, toda a minha gratidão e a minha paternal benevolência!

2. Mas tudo isto não basta! Vós considerais também dever o esforço para dar satisfação às legítimas exigências apresentadas pelos trabalhadores das vossas Empresas. É necessário que o empresário e os dirigentes de empresas façam tudo o que está em seu poder para escutar, escutar devidamente!, a voz do operário subalterno e para compreender as suas legítimas exigências de justiça e equidade, superando toda a tentação egoísta tendente a tornar a economia norma em si mesma. Vós sabereis e quereis recordar a todos: qualquer falta de atenção neste sector é culpável; toda a demora, fatal. Tantos conflitos e antagonismos entre trabalhadores e dirigentes mergulham não raro as raízes no terreno infecundo da falta de audição, de diálogo recusado ou indevidamente adiado. Não é tempo perdido o que dedicais a

encontrar-vos pessoalmente com os vossos empregados, coisa que vos permite tornar as vossas relações com eles mais humanas, e as vossas empresas mais à "medida do homem". A vós não passa despercebida a situação de tantos operários das fábricas que, se forem constrangidos a viver como numa rede artificial, correm o perigo de sentir-se atrofiados na sua espontaneidade interior. A máquina, com os seus automatismos rígidos, é ingrata e avara em distribuir satisfações. As próprias relações entre colegas de trabalho, quando se tornam despersonalizadas, não podem dar o necessário conforto ou amparo; e as organizações de produção, distribuição e consumo não raro constringem os operários a viverem de modo "massificado", sem iniciativas próprias, sem opções. A este nível de desumanização pode chegar-se quando o quadro dos valores é invertido e se eleva o "produtivismo" a único parâmetro do fenómeno industrial, quando é negligenciada a dimensão interior dos valores, quando se olha mais à perfeição da obra do que à perfeição de quem a realiza, privilegiando assim a obra em lugar do realizador, o objecto em vez do sujeito. Aqui o assunto, que por outro lado, vos é familiar, tenderia a ampliar-se, e levaria a falar da questão mais geral e universal dos direitos do homem. Mas chegaríamos longe demais; limito-me, por conseguinte, a recordar uma breve passagem da minha primeira Encíclica, em que afirmava que a violação dos direitos fundamentais do homem, "não pode de maneira alguma pôr-se de acordo com qualquer programa que se autodefinia 'humanístico'. E qual seria o programa social, económico, político e cultural que poderia renunciar a esta definição?" (*Redemptor hominis*, 17).

Vós estais bem certos que só nesta perspectiva o homem — cada homem, quer empresário ou dirigente, quer colaborador nos diversos sectores, empregado ou operário — pode encontrar o seu sentido profundo, sendo assim posto em condições de exprimir os seus talentos, de colaborar, de participar e de cooperar para o recta funcionamento da empresa, de que todos são, conjuntamente, colaboradores e agentes.

Deste modo readquire também importante significado o tempo destinado ao trabalho, não menos que o tempo destinado ao repouso. Trabalho e repouso fazem que o homem se descubra a si mesmo e também aqueles valores superiores do amor e da solidariedade que lhe permitem realizar um desenvolvimento integral, que o liberte de possíveis e sempre iminentes frustrações.

Eis, caros Irmãos, algumas indicações, que vos poderão ser úteis no cumprimento da vossa não fácil e responsável actividade de empresários e dirigentes. Ao concluir, é-me grato fazer meu o voto que o meu grande Predecessor, Paulo VI, vos dirigiu no seu último discurso, voto que vos deixou como testamento: "Que o vosso testemunho cristão contribua verdadeiramente para difundir no ambiente empresarial a convicção do destino universal dos bens criados, os quais devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a, regra da justiça inseparável da caridade (*Gaudium et Spes*, 69). Oxalá o vosso exemplo estimule a um uso dos rendimentos disponíveis, não arbitrário nem egoísta; oxalá sobretudo a orientação impressa na vossa actividade dentro da empresa faça dela uma comunidade de pessoas, na qual 'cada' um se sinta valorizado na própria dignidade, mediante uma participação responsável na obra comum" (Cfr.

Paulo VI, *Discurso à UCID*, em 12 de Fevereiro de 1977). Este voto, desejo corroborá-lo com a oração, enquanto — invocando o auxílio do Senhor sobre as vossas pessoas, sobre os vossos entes queridos, sobre todos os sócios desta União e sobre as suas famílias — a todos concedo, de coração, a Bênção Apostólica.

© Copyright 1979 - Libreria Editrice Vaticana

©Copyright - Libreria Editrice Vaticana